

11 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Justiça obriga Estado a fornecer kits

Londrina - A Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPPR) obteve na sexta-feira uma decisão liminar que garante material escolar para alunos da rede estadual de ensino.

A Ação Civil Pública exigia, além da garantia de fornecimento de kits escolares, o transporte escolar, fornecimento de serviços de saúde e um pedido público de desculpas pelo governador Beto Richa, por danos morais coletivos.

A decisão proferida pela juíza Maria Lúcia de Paula Espíndola beneficia em caráter de urgência dez escolas que confirmaram, via ofício, a omissão inconstitucional do governo em custear o material escolar dos alunos.

Conforme explica o de-

fensor público Bruno Almeida Passadore, autor da proposta, as dez escolas foram escolhidas como uma amostra que comprova a falta desses materiais em todos os colégios estaduais, já que o governo do Estado só repassa os livros didáticos fornecidos pelo Ministério da Educação (MEC).

“No primeiro momento a decisão atende a essas escolas, mas acreditamos que se estenderá a toda a rede na decisão final. Já estamos em contato com outras escolas, sindicatos, pais e alunos para comprovar esta necessidade”, revela Passadore.

O fornecimento de serviços de saúde, como acompanhamento médico e odontológico e também a instalação de enfermarias

nos colégios, será analisado pela Justiça após o contraditório por parte do Estado. “A compra de materiais se torna um custo alto para muitas famílias e a falta deles é um fator comprovado de evasão escolar, que deve ser combatida. A ação obriga o Estado a assumir suas responsabilidades na área de educação, o que não vem acontecendo”, frisa o defensor.

A DPPR tem 15 dias para apresentar uma lista com o número de alunos que se declararam sem condições de comprar os kits. Após isso, o Estado terá dez dias para fornecer os materiais, sob pena de pagar multa de R\$ 5 mil/dia. A FOLHA procurou o governo do Estado, que não se manifestou. (L.F.C.)

11 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Assédio e violência afetam mais mulheres negras, diz ativista



"A situação das mulheres negras é a pior. Elas ganham menos e sofrem mais violência", citou a palestrante Alaerte Martins

Lucio Flávio Cruz
Reportagem Local

Londrina – A condição e as discriminações sofridas pela mulher negra no Paraná foram assunto de debate realizado ontem em Londrina. O evento fez parte da 23ª Semana Municipal da Mulher e marcou também o lançamento na cidade da "Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver", que irá acontecer em Brasília, no dia 18 de novembro, mês da consciência negra.

A discussão colocou em pauta os principais problemas enfrentados pelas mulheres negras no Brasil, como as desvantagens no mercado de trabalho, o assédio sexual e moral e a violência física, psicológica e sexual. "Em qualquer recorte que se faça da sociedade brasileira, a situação das mulheres negras é a pior, mesmo em relação às demais mulheres. Elas ganham menos e sofrem mais violência", citou a pa-

lestrante Alaerte Martins, filiada à Rede de Mulheres Negras do Paraná e da Rede Feminista de Saúde.

Para a ativista, houve muitas conquistas nos últimos anos em relação a proteção às mulheres e políticas de igualdade social e racial. "Porém, ainda há muito a caminhar. O Paraná, por exemplo, na tem uma secretaria de promoção da igualdade racial", ressaltou.

Segundo ela, os abusos e discriminações contra mulheres, principalmente negras, acontecem diariamente e em todos os segmentos da sociedade. Entre os processos que tramitam na 6ª Vara Criminal de Londrina, especializada em crimes contra mulheres, 90% são de mulheres carentes. "Não temos dados que mostram qual o percentual de ações criminais em relação a mulheres negras. Mas, são as mais carentes e moradoras da periferia quem mais buscam a Justiça", frisou a juíza Zilda Romero.

A magistrada comemorou a

sanção, pela presidente Dilma Rousseff, na segunda-feira, da lei que transformou os homicídios de mulheres cometidos por companheiros em feminicídio. "Passa a ser um crime hediondo, com diversos agravantes, como se for cometido na presença dos filhos. A pena pode chegar a até a 40 anos de reclusão", ressaltou. Atualmente na Vara Maria da Penha tramitam dez processos de homicídios contra mulheres praticados por namorado, marido ou companheiro.

"Eventos como esses são importantes para uma mudança de comportamento e para que a paz possa acontecer dentro das famílias", apontou a juíza.

A Marcha das Mulheres Negras espera a presença de 100 mil pessoas em Brasília. De Londrina, pelo menos 150 mulheres devem viajar até a capital federal.

11 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Médico é suspeito de molestar pacientes

Reportagem Local

Marmeleiro - O juiz da Vara Criminal de Marmeleiro (Sudoeste), atendendo pedido da Promotoria de Justiça, decretou a prisão preventiva de um médico denunciado por molestar pacientes. Duas vítimas confirmaram que o profissional praticou ato libidinoso com elas, fazendo-as acreditar que se tratava de procedimento necessário para a realização de exames médicos.

Segundo as investigações do MP, as condutas denunciadas não são fatos isolados, uma vez que o denunciado havia recebido, em 2009, notificação do Conselho Regional de Medicina do Paraná pela prática de atentado violento ao pudor. Além disso, a sala do médico contava com equipamentos que não condizem com a ati-

dade para a qual se destinam: câmeras no banheiro e na sala onde eram realizados exames ginecológicos e espelhos colocados em posições que permitiam a observação das vítimas em vários ângulos.

Conforme a ação, "tais elementos demonstram que a prática de crimes da mesma natureza dos narrados na denúncia fazem parte da rotina do denunciado". "Demonstram, assim, que o modus operandi do denunciado é se travestir de médico para a prática de crimes sexuais."

Outras duas vítimas afirmaram ainda ao Ministério Público que o médico teria cobrado irregularmente pela realização de exames de ultrassom em procedimentos custeados pelo Sistema Único de Saúde. A ação corre em segredo de Justiça.

Profissional foi notificado por atentado violento ao pudor em 2009

Justiça autoriza obras em usina

Londrina - Uma decisão publicada ontem à tarde pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) permite que as obras da Usina Hidrelétrica de Baixo Iguaçu, entre os municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques, no Oeste do Paraná, sejam retomadas. Os trabalhos estavam parados desde junho do ano passado, quando uma liminar suspendeu os efeitos do licenciamento emitido pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) até que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) emitisse nova anuência. Como a autorização foi dada em 8 de janeiro, o TRF4 entendeu que "a tutela jurisdicional concedida no agravo por essa corte foi devidamente cumprida". (Reportagem Local)

1 1 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Bancos descumprem lei ao cobrar empréstimo

Limite para parcela mensal é de 30%
do valor do salário do cliente

*Lei protege consumidor mesmo
que ele tenha feito empréstimos
em vários bancos*

Andréa Bertoldi

Reportagem Local

A lei é clara. Os bancos não podem descontar mais que 30% dos salários dos clientes para pagamento de empréstimos consignados. Mesmo assim, os agentes financeiros insistem em incluir nos contratos uma cláusula pela qual o cliente autoriza que até 100% de sua renda mensal seja usada para esta finalidade. Mas, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já decidiu que cláusulas do tipo não têm validade.

O limite de 30% é estabelecido pela Lei Federal 10.820, de 2003, e vale tanto para beneficiários do INSS como para empregados de empresas privadas contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e inclui também as demais categorias de trabalhadores, como os servidores públicos.

Mesmo em casos em que o cliente faz empréstimos em mais de uma instituição, a lei o protege. A advogada e coordenadora institucional da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor (Proteste), Maria Inês Dolci, diz que

o banco é obrigado a fazer uma análise de risco do consumidor antes de conceder o empréstimo. Quando não toma essa preocupação, segundo ela, fica caracterizada "falta de responsabilidade" da instituição.

O advogado e secretário do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor Bancário, Raphael Atherino dos Santos, diz que salário tem caráter alimentar para atender as necessidades básicas do trabalhador e de sua família. E que, mesmo tendo emprestado dinheiro em mais de uma instituição, as parcelas mensais de pagamento da dívida não podem exceder 30% do total da remuneração.

Caso o desconto ultrapasse esse percentual, o consumidor pode entrar com ação na Justiça Estadual. No caso de o empréstimo envolver valores até 40 salários mínimos, o Juizado Especial Cível pode ser procurado. Outra opção é a Defensoria Pública.

O advogado recomenda que, antes de assinar um contrato de empréstimo consignado, o consumidor verifique quanto de sua renda irá

comprometer. Também sugere que não se faça empréstimos em várias instituições.

Outras dicas são pesquisar taxas de juros, procurar bancos com credibilidade, ler bem o contrato, e verificar o custo efetivo do empréstimo.

O vice-presidente da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), Miguel José Ribeiro de Oliveira, diz que a média da taxa de juros do consignado é de 1,98% ao mês e de 26,5% ao ano. Ele afirma que 80% dos empréstimos deste tipo são ofertados a aposentados e pensionistas do INSS e servidores públicos.

Para Maria Inês Dolci, muitas vezes, os bancos sequer entregam cópia do contrato para o consumidor. Raphael dos Santos conta que os aposentados são os mais frágeis na relação com as instituições financeiras. "Muitas vezes, eles não conseguem visualizar a armadilha na qual estão entrando e acabam comprometendo a aposentadoria toda", alerta.

11 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

Caso Iguazu do Brasil:

MP faz dez denúncias

Ao todo, 13 pessoas foram investigadas; promotores apontam prejuízos de R\$ 45,5 milhões

Viviani Costa
Reportagem Local

Londrina - O Ministério Público ofereceu dez denúncias à Justiça relacionadas ao caso Iguazu do Brasil. Ao todo, 13 investigados foram apontados como suspeitos de terem cometido os crimes de formação de quadrilha e estelionato. Com base no inquérito concluído pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), os promotores Jorge Barreto da Costa e Claudio Esteves apuraram fatos relacionados a um total de 210 supostas vítimas da construtora.

Segundo Costa, juntas elas teriam sofrido prejuízos estimados em R\$ 45,5 milhões. "Considerando a primeira ação que tramita desde o ano passado na 5ª Vara Criminal de Londrina, a construtora já teria causado prejuízos na ordem de R\$ 77 milhões a 234 vítimas", destacou.

Foram denunciados o empresário Carlos Alberto Campos de Oliveira, proprietário da construtora; o gerente financeiro Emerson Arantes Barison; o gerente de vendas Helio Fernandes; o empresário, apontado como sócio oculto da construtora, Guidimar Guimarães; os filhos dele, Maurício e Paula Guimarães; além de Gustavo Jacometto Bertolini, Roberto

Yukishigue Maeoka, Maycon Vinícios Domingues, Maria Gisela Siste, Angélica Silene Lorga, André Luiz Zancopé e Joatan Milan.

Os promotores optaram por apresentar uma denúncia para cada empreendimento anunciado pela construtora mencionando todos os investigados. Um novo inquérito será instaurado para apurar o crime de lavagem de dinheiro.

Conforme o MP, a construtora Iguazu do Brasil teria sido utilizada como fachada para a aplicação de golpes de estelionato liderados por Carlos Alberto de Oliveira e Guidimar Guimarães. Segundo o MP, proprietários de terrenos em áreas nobres eram procurados para que as áreas fossem divididas em lotes para a suposta construção de condomínios residenciais, imóveis que nunca foram concluídos. Os proprietários dos terrenos e os compradores das residências foram lesados. A atuação do grupo teria começado em abril de 2012.

O representante das famílias, Eduardo Tomasetti, ressaltou que todas esperam recuperar ao menos parte do valor investido. "Ainda não dá para comemorar. Esperamos que o patrimônio dos

envolvidos possa ser penhorado", afirmou. Segundo ele, mais de 500 famílias foram prejudicadas, mas nem todas se interessaram em denunciar o crime.

O advogado Walter Bittar, que representa Guidimar Guimarães, informou que não teve acesso às denúncias. "O que posso adiantar é que faz parte da estratégia incluir o meu cliente por causa do patrimônio dele. É uma situação absurda. Ele foi incluído para tentar ressarcir prejuízo. A verdadeira pessoa implicada não tem patrimônio para garantir os pagamentos", comentou. Os advogados dos demais denunciados não foram encontrados.

11 MAR 2015

FOLHA DE LONDRINA

STF autoriza PF cumprir diligências

Beatriz Bulla e
Andreza Matais
Agência Estado

Brasília - As primeiras autorizações para que a Polícia Federal cumpra diligências de investigação de políticos supostamente envolvidos na Operação Lava Jato já começaram a sair do Supremo Tribunal Federal (STF). O ministro Teori Zavascki, relator dos casos na Corte, assinou as autorizações na última sexta-feira, mas só nesta semana as solicitações feitas pela Procuradoria-Geral da República (PGR) para que sejam colhidos indícios da participação de parlamentares e autoridades no esquema de corrupção da Petrobras começaram a ser encaminhados à PF. Um dos casos que já foi remetido à PF é o inquérito que investiga a ex-governadora do Maranhão Roseana Sarney e o senador Edison Lobão (PMDB). Segundo o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, Roseana recebeu R\$ 2 milhões para sua campanha eleitoral de 2010, a pedido de Lobão, então ministro da Minas e Energia. Lobão e Roseana são investigados de forma conjunta em um inquérito por suposta prática de corrupção passiva qualificada e lavagem de dinheiro.

INFORME

Improbidade em Paranaguá

O Ministério Público do Paraná apresentou ação civil pública por supostos atos de improbidade administrativa contra o ex-presidente da Câmara Municipal de Paranaguá (Litoral), que esteve no cargo nos anos de 2013 e 2014. O MP não divulgou o nome do político. Ele é requerido por prática de nepotismo. De acordo com a investigação, "o vereador, mesmo tendo assinado com o órgão Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para exonerar todos os servidores comissionados do Poder Legislativo que tivessem parentesco até terceiro grau com autoridades do município, manteve trabalhando em seu gabinete, sob sua chefia imediata, a esposa de seu sobrinho". A ação pede também a responsabilização da servidora, que só foi exonerada do cargo no início deste ano, após a mudança de comando na presidência da Câmara Municipal.

Protesto **MAZZA**

Servidores do Ministério Público Federal estão sem qualquer aumento desde 2006 e, por isso, fizeram protestos nacionais ontem justamente quando a instituição é tão exaltada pela Lava Jato. Pelo jeito, a Lava Jato não lava a roupa suja de casa. Esse arrocho foi driblado por Judiciário e Ministério Público com o lance do auxílio-moradia, um artifício para ocultar aumento salarial. Por aí, se vê que um pretexto vale muito mais do que um protesto.

11 MAR 2015

GAZETA DO POVO

» DIÁRIOS SECRETOS

Gabinete de Justus chegou a custar R\$ 1 mi por mês

Cheques trocados na boca do caixa pela mesma pessoa mostram esquema de desvio de recursos, diz ação contra o ex-presidente da Alep

Katia Brembatti

❖ Movimentações bancárias suspeitas e um inchaço desmedido no número de funcionários da presidência da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), nos quatro anos em que o deputado estadual Nelson Justus (DEM) foi presidente da Casa, embasam a denúncia criminal enviada pelo Ministério Público (MP) ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJ). A ação tramita em segredo de Justiça e as informações vieram à tona na noite desta terça-feira (10), no telejornal ParanáTV. Mais detalhes sobre o esquema devem ser mostrados na reportagem que vai ao ar, na RPC, na noite desta quarta-feira (11).

A investigação da promotoria mostrou que quando Justus assumiu o mais alto posto da Assembleia, em 2007, o gabinete da presidência tinha 21 funcionários, ao custo mensal de R\$ 83 mil em salários. Começou, então,

um processo desenfreado de contratação de servidores. Em novembro de 2009, a despesa mensal com servidores no gabinete presidencial chegou a R\$ 1 milhão.

No período em que Justus foi presidente, 345 contratações foram feitas, nem todas simultaneamente. O gabinete chegou a ter, ao mesmo tempo, 180 funcionários — dez vezes mais do que o permitido. O gabinete da presidência é uma estrutura administrativa, sem função política, com previsão de ter, no máximo, 18 funcionários.

Na boca do caixa

Além do aumento ilegal na quantidade de servidores, a forma como ocorria o pagamento dos altos salários — na casa de R\$ 10 mil — também chamou a atenção dos promotores que investigaram o caso. Por meio de quebra de sigilo bancário, eles tiveram acesso às cópias dos cheques e descobriram que a mesma pessoa preenchia todos os documentos, sacado na boca do caixa numa agência bancária que ficava dentro da Assembleia.

Na denúncia apresentada pelo MP, Justus e mais 31 pessoas são acusados de crimes de formação de quadrilha,

peculato, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro. Todas serão notificadas para apresentar defesa e só então os 25 desembargadores do Órgão Especial do TJ decidirão se aceitam a ação.

O andamento do processo não está disponível para consulta no site do Judiciário. Como Justus tem foro privilegiado por ser deputado, a ação foi encaminhada diretamente para o Tribunal.

A investigação feita pelo MP é consequência da série de reportagens Diários Secretos, divulgada pela *Gazeta do Povo* e pela RPC em 2010 e que mostrava um esquema de desvio de recursos por meio da contratação de funcionários fantasmas, além de outras ilegalidades. Nelson Justus esteve na sessão de Assembleia desta terça-feira, mas não falou com a imprensa.

1 1 MAR 2015

GAZETA DO POVO

» NA JUSTIÇA

Liminar dá prazo para que PR faça repasse à Defensoria

Kelli Kadanus

Uma decisão liminar do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) determinou na segunda-feira (9) que o governo do estado repasse os recursos financeiros da Defensoria Pública no prazo de 72 horas. A Defensoria entrou com um mandado de segurança há cerca de 15 dias pedindo o repasse de R\$ 11,6 milhões referentes ao duodécimo de janeiro deste ano.

A decisão do desembargador Abraham Lincoln Calixto obriga o governo a realizar o repasse regularmente durante o ano de 2015 e fixa uma multa de R\$ 1 milhão por mês que descumprir a liminar.

“O mandado de segurança foi questão de sobrevivência”, diz a defensora pública-geral, Josiane Lupion. Segundo ela, os repasses são usados para pagamento de pessoal e custeio e o dinheiro não chega desde janeiro.

Ela conta que não há dinheiro para pagar despesas como aluguel, água e luz nas sedes do interior do estado. “Nós temos mais de 20 sedes abertas e vamos começar a fechar uma por uma”, diz a defensora. “Estamos aguardando um aceno do governo”, completa.

O governo do estado informou que ainda não foi notificado da decisão e que irá avaliá-la assim que recebê-la.

Queda de braço

Em janeiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu duas liminares em favor da Defensoria Pública. A primeira proíbe o governo de remanejar R\$ 90 milhões do orçamento do órgão para as secretarias de estado. A liminar revoga o artigo 16 da Lei Orçamentária Anual, que permitia a manobra. Com isso, o orçamento anual da Defensoria passa a ser de R\$ 140 milhões.

A segunda liminar garante a autonomia da Defensoria. O presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, concedeu medida cautelar suspendendo os efeitos da Lei Complementar Estadual 180/2014 até o julgamento definitivo da ação. Uma das mudanças dessa legislação tira dos defensores o direito de escolher, por eleição, o defensor-geral. A indicação para o cargo passaria a ser prerrogativa do governador.

1 1 MAR 2015

GAZETA DO POVO

MPT processa Paraná por falta de vagas de aprendiz

Governo deveria ofertar 700 vagas de aprendiz para jovens em conflito com a lei, mas apenas 235 estão no projeto

Willian Bressan

O Ministério Público do Trabalho no Paraná (MPT-PR) processou o governo do estado por falta de ofertas de vagas de aprendizagem para adolescentes em conflito com a lei. O órgão já ajuizou ação com pedido de liminar contra o estado. Segundo o MPT-PR, estão previstas 700 vagas para aprendiz de auxiliar administrativo submetidos a medidas socioeducativas.

A previsão consta na lei estadual 15.200/2006, que também permite a ocupação dos adolescentes de 14 a 18 anos em outros cargos determinados pela Classificação Brasileira de Ocupações, ligada ao Ministério do Trabalho. Mas o MPT diz que dados da própria Secretaria de Estado de Família e Desenvolvimento Social indicam que apenas 235 adolescentes participam do Programa Estadual Adolescente Aprendiz. A ação foi ajuizada após o governo se recusar a firmar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

A ação, de autoria da procuradora do trabalho Mariane Josviak, sugere parceria do estado com o Sistema "S" ou com instituições sem fins lucrativos. "O objetivo é dar oportunidade de aprendizagem e de acesso ao que, muitas vezes, é o primeiro emprego desses jovens que possivelmente não tiveram as oportunidades necessárias para lhes facultar o direito à cidadania", explica Mariane.

Segundo o MPT, as entidades do sistema "S", como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), são obrigados a ofertar cursos profissionalizantes a menores de idade que cumprem medidas socioeducativas. O estado, porém, oferece apenas cursos ministrados pela própria Secretaria de Estado da Educação.

Por e-mail, o governo do Paraná informa apenas que está discutindo o assunto em juízo com o Ministério Público e não está medindo esforços para implementar o atendimento aos adolescentes.

PUNIÇÃO

Ministério Público impõe multa ao estado

Além de não ofertar vagas para aprendizes, o governo também não está ministrando corretamente as aulas de formação profissional, previstas na Portaria 723/2012 do Ministério do Trabalho e Emprego. O MPT-PR solicitou, em caráter liminar, a contratação de 700 adolescentes nos quadros do estado, tanto na administração direta e autárquica e fundacional como nas sociedades de economia mista e empresas públicas estaduais, assim como suas matrículas em entidades de formação técnico-profissional, sob pena de R\$ 10 mil em multa por jovem não contratado ou matriculado. A liminar também prevê verbas para o preenchimento das vagas no orçamento anual do estado, sob pena de R\$ 5 milhões de multa pelo não cumprimento. A ação ainda prevê multa de R\$ 5 milhões por dano moral coletivo, declarando a responsabilidade solidária do patrimônio pessoal do governador do estado por eventual condenação.

11 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Justiça autoriza retomada das obras da usina de Baixo Iguaçu

Fernando Jasper

▮ A construção da usina de Baixo Iguaçu, paralisada há nove meses, já não tem obstáculos na Justiça. O Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF4), em Porto Alegre, publicou nesta terça-feira (10) decisão que derruba a liminar que impedia a continuidade das obras. Ainda não há informações sobre quando o canteiro será reativado.

A hidrelétrica, com potência de 350 megawatts (MW), estava sendo construída no Rio Iguaçu, entre os municípios de Capitão Leônidas Marques e Capanema, no Sudoeste do Paraná. As obras foram interrompidas em junho de 2014 por uma decisão do próprio TRF4, que suspendia os efeitos do licenciamento ambiental até que o Instituto Chico Mendes (ICMBio) — administrador do Parque Nacional do Iguaçu, reserva natural que fica a menos de um quilômetro do empreendimento — emitisse uma nova autorização.

Segundo o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), o ICMBio deu nova anuência no dia 8 de janeiro, impondo algumas condicionantes que terão de ser cumpridas pelo consórcio Geração Céu Azul, formado por Neoenergia (70%) e Copel (30%), responsável pela construção e futura operação da hidrelétrica. Com a nova autorização do ICMBio, o TRF4 restabeleceu a vigência do licenciamento ambiental.

Centenas de trabalhadores foram demitidos após a interrupção das obras. Além de reestruturar o quadro de pessoal, o consórcio tem a missão de reconstruir o canteiro de obras, que foi destruído pela cheia do Rio Iguaçu em junho do ano passado, na mesma época em que a Justiça determinou a paralisação das obras.

A concessão da usina de Baixo Iguaçu foi licitada em 2008 e, pelo cronograma inicial, deveria gerar energia a partir de janeiro de 2013. Mas, devido a decisões judiciais, as obras começaram apenas em julho daquele ano.

11 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Casamentos coletivos em Pinhais e Piraquara

O dia 14 de março será especial para 96 casais residentes na cidade de Pinhais, na região metropolitana de Curitiba (RMC). Eles se inscreveram para participar do casamento coletivo que será realizado no município nessa data. O evento começará às 19 horas no Centro de Formação dos Profissionais da Educação (Cenforpe) da Secretaria de Educação e faz parte das comemorações pelo aniversário de 23 anos da cidade. Em Piraquara, o cartório de registro civil do município, em parceria com a prefeitura e o Poder Judiciário, também realizará o evento. As inscrições terão início no dia 22 de março. No caso de Pinhais, as inscrições para o casamento estão encerradas.

A cerimônia de Pinhais conta com o apoio da prefeitura, Poder Judiciário, Sesc Paraná e da Associação dos Notários e Registradores do Paraná (Anoreg-PR). Todos os casais residem na cidade, são de diferentes faixas etárias e nenhum deles terá que desembolsar nada para participar da cerimônia. "O casamento coletivo visa dar oportunidade a todas as pessoas que não podem arcar com os custos, é um evento gratuito e um momento de realização para todos os casais" conta Karen Lúcia Cordeiro Andersen, oficial do Cartório de Registro Civil de Pinhais.

A cerimônia será realizada pela desembargadora Joeci Camargo, a juíza de paz presente e o prefeito de Pinhais também deve comparecer para prestigiar esse dia especial. A iniciativa é uma demonstração da preocupação dos cartórios em cumprir o seu papel social e apoiar a população.

Muitos desses casais aguardam há

anos pela oportunidade de casar oficialmente. O casamento civil é um tipo de união civil em que o Estado concede direitos e impõe obrigações ao casal. A oficialização da união tem diversos efeitos jurídicos como, por exemplo, a escolha do regime de bens entre os cônjuges e o acesso a benefícios sociais de programas do governo. "É bom ressaltar a importância do registro civil e o papel dos cartórios na prestação do serviço e no cumprimento de sua função social", explica Karen.

Serviço

Casamento Comunitário em Piraquara (PR)

Inscrições a partir de 22 de março, na escola municipal Henrique de Souza - Rua Juri Danilenko, 3468, Vila Nova Guarituba.

Posteriormente as inscrições podem ser realizadas nas unidades Cras do município.

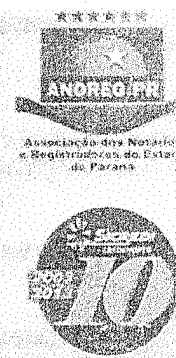
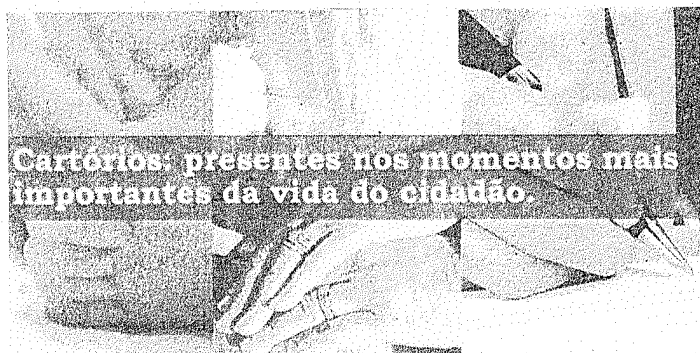
Casamento Comunitário em Pinhais (PR)

Data: 14/03/2015

Horário: A partir das 19h

Local: Centro de Formação dos Profissionais da Educação (Cenforpe) - Avenida Iraí, 696, no bairro Weissópolis.

Inscrições encerradas.



11 MAR 2015

GAZETA DO POVO

Apuração na Receita de Londrina ganha fôlego e sete passam a ser investigados

Denúncias tratam sobre suposto esquema de corrupção no órgão. MP está recebendo propostas de delação premiada de envolvidos

Fábio Silveira

■ A investigação sobre o suposto esquema de corrupção na Delegacia da Receita Estadual de Londrina foi ampliada. Agora há um sétimo investigado, cujo nome não foi revelado pela Promotoria de Defesa do Patrimônio Público. Além disso, não há qualquer acordo de delação premiada formalizado, mas o Ministério Público (MP) está recebendo informações tanto de empresários quanto de contadores que teriam sido abordados pelos auditores investigados.

O promotor Renato Lima Castro afirmou que já existem propostas de colaboração com as investigações, mas nada foi homologado até o momento.

Além dessas informações repassadas por empresários e contadores, os promotores avaliam os documentos e os materiais apreendidos na se-

mana passada em Londrina, em Curitiba e em outras cidades da região, durante o cumprimento de mandados judiciais. As primeiras conclusões podem aparecer já na sexta-feira desta semana, mas a previsão é de que a auditoria do MP leve meses para analisar todo o material.

“Estamos coletando informações e, por isso, não temos ainda como fechar o panorama das situações que estão surgindo”, disse a promotora Leila Shimiti. As informações, que chegam até por telefonemas anônimos, tratam não só de atos de corrupção. “Algumas tratam da evolução patrimonial incompatível de agentes fiscais”, revelou. “O que posso dizer é que o âmbito da investigação está sendo ampliado.”

Ainda não é possível mensurar a evolução patrimonial dos sete suspeitos nem o tamanho do prejuízo aos cofres públicos com os impostos que não foram recolhidos. Mais de 40 pessoas físicas e jurídicas tiveram os sigilos fiscal e bancário quebrados.

Contexto

A investigação sobre o suposto esquema de cobrança de propina tocado por auditores da Receita Estadual em Londrina é desdobramento

de outro escândalo envolvendo uma parte dos suspeitos. Tudo começou com o auditor Luiz Antônio de Souza, preso em janeiro em um motel junto com uma adolescente.

A partir de Souza, foram presos outros suspeitos de facilitar a prostituição de adolescentes, entre os quais o ex-assessor da Governadoria do estado Marcelo “Tchello” Caramori, além de algumas agenciadoras e de outros auditores.

Em janeiro, foram apreendidos documentos e arquivos de computador na casa de Souza, no qual foram encontradas informações que ajudam a embasar as investigações sobre irregularidades na Delegacia da Receita de Londrina. Souza tem um patrimônio estimado em R\$ 30 milhões, que seria incompatível com os seus rendimentos, segundo investigadores.

CONTINUA

1 1 MAR 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Oposição quer instalar CPI na Assembleia para apurar o escândalo

| *Euclides Lucas Garcia*

A bancada de oposição na Assembleia Legislativa do Paraná começou, nesta terça-feira (10), a coletar assinaturas para instalar uma CPI que investigue o suposto esquema de corrupção envolvendo auditores da Delegacia da Receita Estadual em Londrina. A tarefa, porém, não será fácil. Por ora, o grupo tem apenas sete das 18 assinaturas necessárias para tirar a comissão do papel – os seis oposicionistas mais Tercílio Turini (PPS).

Vice-líder da oposição, o deputado Requião Filho (PMDB) afirmou que é dever da Assembleia apurar o caso, sobretudo diante das informações de que os suspeitos de atuarem no escândalo teriam uma espécie de "lastro político", o que impedia o desmonte do esquema ou a remoção deles para outras delegacias da Receita. O ex-

secretário da Fazenda Luiz Carlos Haully, por exemplo, disse que a equipe técnica que montou à frente da pasta, entre 2011 e 2013, "teve que conviver com a política". "Quem é o padrinho político que tornava esse grupo imexível? Qual o tamanho do rombo que esse esquema causou nos cofres públicos até agora?", questionou o peemedebista.

Outra visão

Em resposta, o líder do governo, Luiz Claudio Romanelli (PMDB), defendeu que o Legislativo não pode transformar num factóide uma investigação que vem sendo bem conduzida pelo Ministério Público há meses.

Segundo ele, o governo está analisando o caso com "olhos críticos" e já tomou as medidas administrativas necessárias para garantir mais controle e fiscalização na Receita Estadual.

"Quem for culpado será punido. A cadeia é o caminho para aqueles auditores que se desviaram do caminho", afirmou Romanelli.

11 MAR 2015

GAZETA DO POVO

» SUPREMO

Toffoli pode comandar julgamento da Lava Jato

O ministro Dias Toffoli deverá assumir a quinta cadeira da 2.ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) para participar dos processos da Lava Jato. Toffoli apresentou, na noite desta terça-feira (10), ofício à presidência do STF solicitando a mudança da 1.ª para a 2.ª Turma.

A transferência é prevista no regimento interno do STF, com preferência sempre ao ministro mais antigo. Na 1.ª Turma, é Marco Aurélio Mello, que rejeitou pedir a mudança. Depois dele, Toffoli é o mais antigo na 1.ª Turma e, portanto, sua solicitação deve ser aceita. Os ministros da 2.ª Turma do Supremo serão responsáveis por julgar os casos da Lava Jato.

Hoje, a turma é presidida pelo relator do caso da Lava Jato, Teori Zavascki. Seu mandato de um ano, no entanto, termina em maio. Celso de Mello, que teria direito a cargo, já disse que não pretende voltar a presidir a Turma. Nesse caso, Toffoli assumiria a missão de comandar as sessões de análise dos casos contra políticos.

10 MAR 2015

GAZETA DO POVO

TJ-PR recebe reconhecimento por eficiência em julgamentos de crimes

Selo Enasp é concedido pelo Comitê Gestor da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública

O Tribunal de Justiça do Paraná foi um dos que mais recebeu Selos Enasp, premiação criada pelos órgãos integrantes do Comitê Gestor da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp). O reconhecimento se deve à eficiência no julgamento de crimes dolosos (cometidos com intenção) contra a vida que aguardavam decisão havia pelo menos cinco anos.

Foram premiados os tribunais que zeraram ou reduziram em 80% a quantidade de ações penais relativas a crimes contra a vida – sobretudo homicídios antigos. O TJ-PR recebeu 16 selos, 10 deles de ouro (premiação máxima) e seis de prata.

A Enasp é uma parceria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Ministério da Justiça e foi criada em 2010 para integrar as ações dos órgãos responsáveis pela segurança pública no combate à violência. O objetivo é levar os autores de homicídios cometidos até o fim de 2009 ao Tribunal do Júri.

11 MAR 2015

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

STF abre inquéritos para investigação de autoridades

Órgão aceitou os pedidos da Procuradoria-Geral da República
para investigação de crimes
envolvendo pessoas com prerrogativa de foro

O Supremo Tribunal Federal aceitou os pedidos da Procuradoria-Geral da República para investigação de crimes envolvendo pessoas com prerrogativa de foro citadas em depoimentos da Operação Lava Jato, que apura desvio de recursos públicos da Petrobras. As petições foram autuadas como inquéritos nesta segunda-feira, 9 de março. Nas decisões de 6 de março, o ministro Teori Zavascki, relator do caso, também deferiu a realização das diligências requeridas para produção de provas.

Ainda a pedido do procurador-geral da república, Rodrigo Janot, Teori Zavascki revogou o sigilo na tramitação dos procedimentos, tornando públicos todos os documentos. Nas decisões, o ministro lembra que “é importante, até mesmo em atenção aos valores republicanos, que a sociedade brasileira tome conhecimento dos fatos objeto da investigação”.

Outras providências - O ministro do STF também concordou com os argumentos do procurador-geral da República para arquivar seis procedimentos que envolvem sete pessoas. Segundo o PGR, eram casos em que não havia elementos suficientes para investigação das pessoas citadas, o que não impede que sejam instaurados inquéritos futuramente caso surjam novas provas.

Da mesma maneira, Teori Zavascki determinou a remessa de três procedimentos para outras instâncias de competência. O procurador-geral da República fez os pedidos considerando que os fatos envolvem pessoas sem foro privilegiado.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

NOVO CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO COMEÇA A SER IMPLANTADO

Começaram nesta segunda-feira (9/3) os procedimentos para implantação do novo Cadastro Nacional de Adoção (CNA). Os principais objetivos do novo cadastro da Corregedoria Nacional de Justiça são sanar algumas dificuldades no preenchimento e modernizar a base de dados hoje oferecida. Para isso, simplifica operações e usa a tecnologia para possibilitar um cruzamento de dados mais rápido e eficaz das informações.

Diferente do sistema atual, no novo CNA apenas 12 itens são respondidos, tanto por parte dos pretendentes, como por parte das crianças. A alimentação do banco de dados continua a cargo das varas de infância e juventude.

Entre as opções estão dados básicos, como sexo, idade e etnia e as restrições vinculadas a doenças também estão disponíveis. Os adotantes deixam previamente determinado se aceitam crianças com doenças incuráveis, curáveis ou não detectáveis.

Com a nova tecnologia, no momento em que um juiz preenche a ficha de uma criança, ele já é informado pelo sistema se há pretendentes na fila de adoção para aquele perfil. O mesmo acontece se ele está preenchendo a ficha de um pretendente e há crianças que atendem àquelas características.

Sempre respeitando a ordem estabelecida pela fila de adoção, após o cruzamento, em caso dos processos de pretendentes e crianças estarem em comarcas e varas diferentes, os dois juízes entram em contato para dar prosseguimento ao processo.

Para implantação do novo CNA, os juízes podem optar pela migração de alguns dados selecionados ou pela nova inclusão, já que o preenchimento foi muito simplificado.

1 1 MAR 2015

Liminar garante bloqueio de R\$ 42,2 milhões de ex-superintendente do Dnit

O Ministério Público Federal no Espírito Santo (MPF/ES) obteve na Justiça liminar que determina a indisponibilidade dos bens do ex-superintendente do Dnit no Estado, Élio Bahia; da Construtora Ferfranco e de seu responsável técnico Ronaldo Souza Franco; da Projemax Engenharia e de seu sócio Rodolpho Giovanni Bonelli; e de Ezir Gomes de Souza, Jorge Luiz de Almeida e Reginaldo Lírio Morelato, servidores do Dnit responsáveis pela aprovação e acompanhamento dos projetos básico, executivo e de revisão das obras de construção do trecho do quilômetro 28 da BR-259.

O bloqueio de valores no total de R\$ 42.278.966,01 é suficiente para ressarcir o patrimônio do prejuízo de pouco mais de R\$ 14 milhões, causado pelos réus durante a execução das obras de construção do trecho do quilômetro 28 da BR-259, e pagamento da multa pleiteada pelo MPF no valor

de R\$ 28 milhões (duas vezes o valor original do prejuízo). Além disso, a Justiça concedeu a quebra do sigilo fiscal dos envolvidos e o bloqueio de veículos e de transferência de imóveis que estejam em seus nomes.

O problema de inatividade no Km 28 da BR-259, considerado crítico e apelidado na região como "curva assassina", é o deslizamento de pedras vindas do talude original do corte para estabelecimento do novo traçado na pista. As obras foram iniciadas em 2009 e se fizeram necessárias porque o traçado original cedeu ante o deslizamento da barreira que o sustentava. Com isso, além de acarretar a não liberação da rodovia, esses problemas acabaram gerando um duplo aditamento de contrato, inicialmente previsto para R\$ 4,7 milhões, num total 50% maior que o inicialmente licitado; problemas ambientais graves; e ainda mais riscos para os usuários.

11 MAR 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

RECONHECIMENTO

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) recebeu uma premiação, por conseguir agilizar os julgamentos de homicídios, que aguardavam decisão há pelo menos cinco anos. O reconhecimento foi dado pelo Comitê Gestor da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), que premiou os tribunais do País que conseguiram zerar ou reduzir em 80% a quantia de ações penais paradas. O TJ-PR recebeu 10 selos de ouro e seis de prata.

11 MAR 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

GINECOLOGISTA

A Justiça de Marmeleiro, no sudoeste do Estado, decretou a prisão preventiva de um médico ginecologista, suspeito de molestar pacientes no consultório. Ele abusava das vítimas, fazendo-as crer que eram procedimentos necessários à realização de exames. No banheiro e na sala de exames ginecológicos havia câmeras em posições que permitiam observar as vítimas em vários ângulos, nada condizente com a atividade do médico. Em 2009, ele já tinha sido notificado pelo Conselho Regional de Medicina do Paraná pela prática de atentado violento ao pudor. O processo corre em segredo de Justiça e o médico não teve o nome divulgado.

11 MAR 2015

O ESTADO DE S. PAULO Toffoli pede mudança para turma do STF que julgará Lava Jato

Beatriz Bulla / BRASÍLIA

Integrante da 1.^a Turma do Supremo Tribunal Federal, o ministro Dias Toffoli, pediu ontem para fazer parte da 2.^a Turma da Corte, responsável por julgar os casos relativos à Operação Lava Jato. A vontade de Toffoli veio a público momentos após o colegiado articular, na sessão de ontem, uma medida interna que deve impedir a participação do novo indicado ao Supremo na análise da maior parte das investigações de políticos no esquema de corrupção da Petrobrás.

Com a Turma desfalçada desde agosto por causa da demora da presidente Dilma Rousseff em indicar o substituto de Joaquim Barbosa, os ministros querem a transferência de algum colega da 1.^a Turma do Supremo para reforçar o grupo, sendo Toffoli o primeiro da lista de provável substituto. Isso porque, segundo o regimento da Corte, para que ocorra a transferência de um dos colegiados, um dos integrantes da 1.^a Turma deve fazer uma solicitação para ser aprovada pelo presidente do Supremo, ministro Ricardo Lewandowski. Fazem parte da 1.^a Turma os ministros Marco Aurélio Mello, Dias Toffoli, Rosa Weber, Luís Roberto Barroso e Luiz Fux. Se mais de um ministro quiser a vaga, a preferência é do mais antigo: Marco Aurélio Mello. Ele descarta pedir a mudança e diz que terminará os dias no Supremo como integrante da 1.^a Turma. “Eu não acredito que ninguém queira ir para lá, muito menos para preparar o quórum da Lava Jato.” O segundo mais antigo é Dias Toffoli.

‘Tradições’. A intenção com a articulação de ontem, disseram os ministros, é evitar empates no caso. A estratégia também serviria para evitar riscos de uma indicação “ad hoc” de um novo integrante da Corte – ou seja, para julgar especificamente um caso: a Lava Jato. “A ideia de uma composição ad hoc do colegiado não honra as tradições republicanas”, disse Gilmar Mendes, o responsável pela sugestão. Tanto o decano do Supremo, ministro Celso de Mello, como o relator da Lava Jato, ministro Teori Zavascki, concordaram com Mendes. A ministra Cármen Lúcia também faz parte da 2.^a Turma, mas estava ausente na sessão de ontem.

“Não seria conveniente que, já passado tanto tempo da indicação, a questão de participar ou não o novo juiz dessa 2.^a Turma tivesse como elemento, seja na indicação seja na aprovação no Senado, esse problema adicional de ter que examinar sob o aspecto da sua participação num determinado e circunstancial episódio”, disse Zavascki. Ele disse concordar com Gilmar Mendes não só como presidente da Turma, mas também como relator dos processos.

Zavascki lembrou ainda que, no caso de empate, o beneficiado é sempre o réu. O quinto voto nos empates, portanto, “potencialmente só poderia beneficiar a acusação”. A transferência de um colega da 1.^a Turma para a 2.^a, segundo ele, seria um elemento de “descompressão desse problema”, o que “talvez ajudasse as autoridades do Executivo” a fazer a indicação do novo ministro.

Se a medida for colocada em prática, o novo ministro vai participar apenas dos casos que forem para o plenário. Dos 25 inquéritos abertos no Supremo na última sexta-feira para investigar o envolvimento de parlamentares na Lava Jato, 21 serão conduzidos pela 2.^a Turma. Só quatro deverão passar pelo plenário, pois possuem entre os investigados os presidentes da Câmara, Eduardo Cunha, ou do Senado, Renan Calheiros.

O ESTADO DE S. PAULO

ELOÍSA MACHADO / RUBENS GLEZER

SUPREMO EM PAUTA:
ESTADÃO Vº FGV DIREITO SP

11 MAR 2015

Julzo próprio

Em razão da demora para a indicação e nomeação do 11.º ministro no STF, os inquéritos e eventual ação penal da Operação Lava Jato correm o risco de serem julgadas apenas por 4 ministros, em vez de 5; já que o presidente não atua nas turmas. O regimento interno do STF permite que essa situação seja solucionada com a migração de ministros entre turmas, mediante simples requisição do integrante da Corte. Porém, há ainda muitos outros problemas graves ligados ao atraso da nomeação.

Em um primeiro nível, o desfalque na composição prejudica os resultados de julgamentos, devido aos recentes altos números de empate no Tribunal, mas, em um segundo nível, as falhas das regras de nomeação geram danos mais amplos ao sistema democrático. Por exemplo, não há um prazo determinado para a Presidência da República indicar o candidato. Além disso, os nomes de eventuais candidatos não são expostos para o debate e escrutínio público. No modelo atual, a Presidência indica – quando e quem lhe convier – um nome que será sabatinado para ser aprovado pelo Senado Federal. Da indicação até a sabatina e aprovação corre um período de tempo muito exíguo, de modo que o debate sobre o candidato é quase nulo. Porém, não basta torcer por um bom nome.

Na atual conjuntura até a sabatina realizada pelo Senado é problemática: senadores investigados na Operação Lava Jato podem participar do processo de escolha de seu futuro juiz. Ainda que um ministro da 1.ª Turma migre para a 2.ª Turma (que realizará o julgamento de eventual ação penal), ainda assim o novo ministro julgará os eventuais recursos a serem apreciados no plenário.

O regimento interno do Senado determina que tais senadores devem se declarar impedidos de votar em casos nos quais tenham interesse pessoal, mas deixa a cargo de cada senador avaliar o seu impedimento. A regra confia, assim, no bom juízo do maior interessado.

Regras e procedimentos servem justamente para impor impessoalidade onde há chances de abuso. Se aplicamos as regras e ainda assim ficamos à mercê dos vícios e virtudes dos indicados e dos escolhedores, elas não cumprem o seu papel. Pior para a confiabilidade das instituições, pior para a democracia.

11 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Futuro ministro do STF ficará de fora da maioria das ações

DE BRASÍLIA - Os ministros da Segunda Turma do STF (Supremo Tribunal Federal), que irão julgar a maioria dos processos da Operação Lava Jato, articularam nesta terça (10) a indicação de um dos integrantes da corte para ocupar a quinta vaga do grupo, vazia desde a aposentadoria de Joaquim Babosa.

Com isso, o futuro indicado pelo presidente Dilma Rousseff para o STF deverá ficar de fora da maior parte das ações do petrolão. Dos 25 inquéritos, 21 serão analisados pela Segunda Turma. Os outros quatro irão a plenário, pois envolvem o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), ou do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

PAINEL

Agora vai Com o STF paralisado devido à demora de Dilma em indicar o 11º ministro, o presidente Ricardo Lewandowski anunciará nesta quarta-feira pauta intensiva de julgamentos de súmulas vinculantes e votos-vista.

Buracha O STF deve analisar 30 processos que tiveram pedidos de vista de ministros, entre eles o que regulamenta o pagamento de precatórios. Serão oito nesta semana e 22 na próxima.

11 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

EM PÚBLICO

O ministro Luís Roberto Barroso, do STF, decidiu convocar uma audiência pública para discutir a constitucionalidade do ensino religioso em escolas públicas do Brasil. No centro do debate, marcado para o dia 15 de junho, estará o acordo entre o governo brasileiro e a Santa Sé que prevê aulas de religião católica aos estudantes.

DIVERGÊNCIA

O acordo, que foi assinado pelo governo Lula, em 2009, gerou polêmica, já que o Estado brasileiro é laico.

DIVERGÊNCIA 2

Barroso convidará representantes católicos, espíritas, muçulmanos, seguidores de umbanda e evangélicos. Abrirá também espaço para representantes de Estados como o Rio, em que o ensino religioso já é autorizado.

1 1 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Justiça suspende mudanças de financiamento estudantil em AL

Liminar revogou exigência de nota mínima no Enem; cabe recurso

FLÁVIA FOREQUE
DE BRASÍLIA

Uma liminar da Justiça Federal suspendeu as mudanças no Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) para instituições privadas de ensino superior do Estado de Alagoas.

Em decisão tomada nesta segunda (9), o juiz federal Sebastião José Vasques de Moraes revogou a exigência de desempenho mínimo no Enem para acesso ao programa, como previsto em portaria do Ministério da Educação publicada em dezembro.

Também fica suspensa a regra que reduziu o fluxo de pagamento para as privadas, motivo de forte reação do setor. O MEC pode recorrer da decisão. A ação foi movida pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de Alagoas.

No documento, o juiz argumenta que a omissão em auxiliar alunos de menor renda para acesso à graduação "alimenta o perverso mecanismo de elitização do ensino superior, que impede a ascensão social de estudantes das camadas mais humildes".

Moraes afirma ainda que as instituições "poderão sofrer graves prejuízos" com a redução dos pagamentos.

Procurado, o MEC disse que ainda não foi notificado da liminar. Na semana passada, uma instituição de Rondônia já havia obtido decisão favorável na Justiça. O caso, porém, se referia ao teto de reajuste de 6,4% nas mensalidades fixado pelo MEC para contratos do Fies.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Ao opinar sobre a ação em Alagoas, o Ministério Público Federal defendeu também a suspensão dos 450 pontos no Enem para acesso ao programa. Essa exigência, segundo o MEC, passa a valer a partir de 30 de março.

A procuradora da República Niedja Kaspary afirma que "os estudantes não teriam como antever as mudanças das regras, e com isso se preparar de forma compatível".

A procuradora não se referiu à regra que reduz os pagamentos. Segundo ela, o aspecto em questão era "o interesse meramente privado das instituições de ensino".

11 MAR 2015

FOLHA DE S. PAULO

Doação como alibi

Suspeitos argumentam que receberam recursos de forma legal durante eleições, mas daí não decorre que sua origem seja de fato lícita

Não são poucos os políticos que, vendo-se no centro de um escândalo de corrupção e tornando-se suspeitos de ter embolsado dinheiro de forma ilícita, se defendem com uma expressão bastante comum em episódios dessa natureza: “Todos os recursos dizem respeito a doações eleitorais, feitas legalmente e com o aval da Justiça”.

Com pequenas variações, a frase já começa a ser empregada — e ainda será repetida — por ocasião dos inquéritos acerca do esquema de desvios bilionários na Petrobras. O enunciado é muito útil para os investigados; tem a aparência de um alibi firme e, no mais das vezes, poderá ser comprovado.

Daí não decorre, contudo, que nada tenha ocorrido por baixo do pano. A julgar pelo que o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa disse em um de seus depoimentos na Polícia Federal do Paraná, a ideia de que existe contribuição para campanhas não passa de uma “grande falácia”.

De acordo com Costa, o financiamento eleitoral constitui, na verdade, um empréstimo a ser cobrado no futuro, “a juros altos”, de quem vier a ocupar cargos públicos. O acerto entre patrocinador e beneficiário pode se dar de várias maneiras; uma delas, talvez a mais

frequente, vem sendo exposta pela Operação Lava Jato.

Nesse esquema, a “doação eleitoral” surge como mero disfarce para o pagamento de propina. Esta, por sua vez, é o preço do agente público para facilitar contratos de empresas privadas com o Estado, seja fazendo vista grossa a conluios entre concorrentes, seja direcionando licitações — em qualquer hipótese, o erário sai perdendo.

O prejuízo imposto aos cofres públicos representa o lucro indevido das companhias, que enfim se veem recompensadas pelo adiantamento que fizeram. Uma mão lava a outra, como se vê, e todos os envolvidos saem ganhando.

Além de agentes e empresas diretamente implicados na falcatura, também partidos se beneficiavam dos desfalques. Costa é assertivo: “Toda indicação política no país para os cargos de diretoria pressupõe que o indicado propicie facilidades ao grupo político que o indicou, realizando o desvio de recursos de obras e contratos firmados”.

Os inquéritos, assim, não precisam necessariamente destrinchar as doações eleitorais. Nenhuma conclusão a que se chegar com relação a elas explicará muito sobre o esquema de corrupção — até porque não é impossível, embora improvável, que um político de fato desconhecesse as negociações por trás das verbas que recebeu.

Justamente por isso, tudo o que os investigados mais querem neste momento é desviar as atenções para o financiamento das campanhas.

11 MAR 2015

BEM PARANÁ

Faculdade Estácio Curitiba oferece atendimento jurídico gratuito

O Núcleo de Práticas Jurídicas da Faculdade Estácio Curitiba (NPJ) retomou suas atividades e está atendendo a população gratuitamente, sendo necessário o agendamento prévio.

No escritório os professores supervisionam os atendimentos feitos pelos acadêmicos, que, por sua vez, têm a possibilidade de exercitar os conhecimentos em processos de diferentes áreas. Na outra ponta, a população mais necessitada também é beneficiada com atendimento gratuito para resolver pendências judiciais.

“Os alunos realizam os atendimentos e acompanham os processos desde a fase inicial até a sentença e, em alguns casos, também na fase recursal, além de movimentar e distribuir as ações através do Projudi de seus professores”, explica a coordenadora do NPJ, Cristiane Castro. “Na Estácio entendemos que o exercício prático levado para os alunos, combinado com as teorias, é a forma mais eficiente de preparar nossos alunos para a profissão. Além disso, temos muito zelo pelo atendimento à comunidade. É também uma maneira de despertar o sentido de cidadania e estimular um olhar mais humano nos acadêmicos”, completa ela.

Entre os parceiros do NPJ estão OAB Cidadania, PROCON e Tribunal Regional do Trabalho, Tribunal de Justiça por meio do convênio com o Juizado Especial de Colombo e Pinhais, Núcleo de Conciliação das Varas de Família, Defensoria Pública, FEPE (Fundação Ecumênica de Proteção aos Excepcionais), ANEC (Associação Nacional de Educação Católica do Brasil), ONG Mais Marias.

Os critérios para atendimento são renda familiar de até 3 salários mínimos comprovados e ser residente em Curitiba. Informações (41) 3088-0474

Nepotismo

A 4.^a Promotoria de Justiça de Paranaguá (Litoral do Estado) ajuizou ação por improbidade administrativa contra o ex-presidente da Câmara Municipal de Paranaguá (nos anos de 2013 e 2014). Ele é requerido por prática de nepotismo. O MP não divulgou o nome do denunciado. Segundo o órgão, o vereador, mesmo tendo assinado com o órgão Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para exonerar todos os servidores comissionados do Poder Legislativo que tivessem parentesco até terceiro grau com autoridades do município, manteve trabalhando em seu gabinete, sob sua chefia imediata, a esposa de seu sobrinho. A ação pede também a responsabilização da servidora, que só foi exonerada do cargo no início deste ano, após a mudança de comando na presidência da Câmara Municipal.

11 MAR 2015

BEMPARANÁ

Imunidade

Ainda que impróprias e ofensivas, as palavras proferidas por vereador no exercício do mandato, estão garantidas pela imunidade parlamentar. O entendimento é do Plenário do STF. Competência Cabe ao Ministério Público Federal investigar possíveis irregularidades no cadastro do programa habitacional "Minha Casa, Minha Vida", ainda que tenha como suspeitas autoridades estaduais ou municipais. O entendimento é do ministro Luiz Fux, do STF.

Cobrador

Motorista de ônibus que atua também como cobrador não tem direito de receber o adicional por acúmulo de função. O entendimento é da 8ª Turma do TST.

Cigarro

Empresa de tabaco não responde pelos danos causados à saúde dos consumidores, pois quem fuma sabe os malefícios causados pelo cigarro, uma vez que são amplamente divulgados. O entendimento é do TJ de São Paulo.

Demora

Servidor que assume cargo público por decisão judicial não tem direito a indenização pela demora na nomeação. O entendimento é do STF.

Exterior

A compra feita no exterior e paga com cartão de crédito não caracteriza o crime de evasão de divisas, pois se trata de mera importação irregular. O entendimento é da 2ª Turma do TRF da 3ª Região.

Nome sujo

Um banco foi condenado a pagar R\$ 300 mil a título de dano moral coletivo por pesquisar dívidas dos candidatos a emprego nos serviços de proteção ao crédito. A decisão é da 2ª Turma do TST.

11 MAR 2015

JORNAL DO ÔNIBUS

Notas políticas

Novo ministro

Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) encontraram ontem uma solução interna para evitar que o 11º integrante da corte, que aguarda indicação da presidente Dilma Rousseff há mais de sete meses, não julgue a maior parte dos processos da operação Lava-Jato. Com a demora na escolha de um ocupante para a vaga, a Segunda Turma do tribunal está funcionando com apenas quatro ministros desde agosto do ano passado.

Janot defende ações do MP

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, defendeu ontem a atuação da Ministério Público Federal (MPF) nas investigações da Operação Lava Jato. Durante sessão do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Janot disse que seu gabinete está aberto ao diálogo institucional, mas ressaltou que isso não significa que suas decisões possam sofrer influências.

Denúncia contra Justus

O deputado Nelson Justus e 31 funcionários do gabinete do ex-presidente da Assembleia Legislativa foram denunciados pelo Ministério Público, em 350 páginas que descreve crimes de formação de quadrilha, peculato, desvio de dinheiro e nomeação indevida de comissionados no gabinete da presidência, além de funcionários fantasmas.

CPI da receita

A bancada de oposição na Assembleia Legislativa iniciou ontem o processo de coleta de assinaturas para instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o esquema de corrupção envolvendo auditores da Receita Estadual em Londrina, que pode ter causado prejuízo de R\$ 500 milhões aos cofres públicos do Paraná.